

	CONTINENTE	AÇORES	MADEIRA
ocorrência	MigRep	-	-
categoria	VU	-	-

Taxonomia

Aves, Accipitriformes, Accipitridae.

Tipo de ocorrência

Estival nidificante.

Classificação

VULNERÁVEL – VU (D)

Fundamentação: Espécie com população reduzida (inferior a 1.000 indivíduos maduros).

Distribuição

Espécie de distribuição sobretudo Euroasiática como nidificante, embora também exista no norte de África (Marrocos e Tunísia), e que ocorre de modo contínuo desde a Península Ibérica e Reino Unido até ao leste da China e da Sibéria, e ainda no Kamchatka, Ilhas Sacalinas e norte do Japão. De Norte a Sul, estende-se sensivelmente desde o Círculo Polar Ártico até ao Mediterrâneo, Ásia Menor, região do Turquemenistão e Tajiquistão e Sudeste da China (del Hoyo *et al.* 1994). À excepção de uma pequena região no sul da China e nordeste da Indochina, onde a espécie é residente todo o ano, as restantes populações são migradoras, invernando no sul de África e no norte do subcontinente indiano (del Hoyo *et al.* 1994, Cramp 1998).

Em Portugal, ocorre em grande parte do país, com excepção das regiões demasiado desarborizadas do leste alentejano e em parte da região Norte, em particular no Douro Litoral, onde é escasso ou está mesmo ausente (Rufino 1989, Palma *et al.* 1999a, ICN dados não publicados).

População

O curto período de permanência da espécie em Portugal (de Abril a Agosto) e a sua reduzida conspicuidade, tornam difícil a obtenção de estimativas do seu efectivo populacional. No entanto, tendo em conta as observações no decurso dos trabalhos de campo do Novo Atlas (ICN dados não publicados), estima-se que a sua população poderá ser inferior a 1.000 indivíduos maduros.

Em termos de estatuto de ameaça a nível da Europa, a espécie é considerada *Não Ameaçada* embora ainda provisoriamente; a espécie está provavelmente estável na Europa,

Falco subbuteo Linnaeus, 1758



Ógea



embora tenha sofrido declínio nalguns países durante o período 1990-2000 (BirdLife International 2004).

Habitat

Em Portugal aparece tanto em terrenos planos, inclusive junto ao litoral, como nas zonas serranas, sempre que o habitat lhe é propício. Assim, no Norte e no Centro ocorre principalmente em paisagens mistas de pequenos bosques (pinhais *Pinus* spp., carvalhais *Quercus* spp. e bosquetes ripícolas), e de terrenos abertos (campos agrícolas, pastagens, pousios, pauis, lagoas e outras zonas húmidas ou matos) (Rufino 1989, Pimenta & Santarém 1996, Silva 1998). Poderá aparecer em áreas florestais mais extensas, mas neste caso tende a localizar-se perto das orlas destas manchas, contíguas a amplos terrenos abertos, como acontece no Pinhal de Leiria (Onofre *et al.* 1999). No Sul aparece principalmente nas zonas de montado de sobreiro e em áreas de povoamentos mistos de sobreiro *Q. suber* e pinheiro (bravo *P. pinaster* e manso *P. pinea*), usualmente com clareiras agrícola-las e pastagens nas proximidades, ao mesmo tempo que evita os montados mais ralos e não aparece nos terrenos pouco arborizados em geral (Onofre & Palma 1986, Rufino 1989).

Uma vez que raramente nidifica noutro substrato que não em plataformas construídas em árvore, está dependente de outras espécies que constroem ninhos em árvore, como Corvídeos (*e.g.* gralha-preta *Corvus corone* ou corvo *C. corax*), mas também aves de rapina (Cramp 1998).



Falco subbuteo Linnaeus, 1758

Ógea

Factores de Ameaça

A destruição, degradação e simplificação do habitat, devido a incêndios, arborizações massivas com eucalipto, destruição de bosquetes ribeirinhos e de outras linhas ou cortinas de arvoredo, bem como o abandono agrícola, constituem sem dúvida uma ameaça importante à espécie, em particular no Norte e Centro do país.

O abate de gralha-preta *Corvus corone*, para correcção de densidade ou a sua eventual integração na lista de espécies cinegéticas exploráveis, poderá afectar negativamente este falcão, pois diminuirá a disponibilidade de plataformas naturais de nidificação em árvore a médio prazo.

À semelhança do que está referido para Doñana (Palacín 2003), não será de excluir que em Portugal a utilização de pesticidas afecte a produtividade da espécie. Com efeito, os insecticidas poderão diminuir a produtividade da espécie, quer por reduzirem a disponibilidade em insectos, quer por afectarem o sucesso reprodutivo, por aumento de embriões não viáveis ou por tornarem os ovos mais frágeis devido a alterações no metabolismo do cálcio.

As actividades florestais que levam ao corte de árvores com ninhos ou que de outro modo perturbam o desenrolar do processo reprodutivo da espécie, afectam também o sucesso reprodutor da espécie indirecta ou directamente.

O abate ilegal, o roubo de ninhos, a colisão e electrocussão em linhas de média e alta tensão, podem ainda constituir factores de ameaça, embora a sua relevância não esteja quantificada.

Medidas de Conservação

A conservação desta espécie requer a realização de campanhas de sensibilização ambiental e de conservação da fauna, em particular das aves de rapina e outros predadores, dirigidas a caçadores, guardas e gestores de caça e público em geral, afim de minimizar ou erradicar o abate ilegal e roubo de ninhos. Importa também sensibilizar os agricultores para a adopção de boas práticas agrícolas, tanto em termos da racionalização no emprego de pesticidas, como da utilização preferencial pela luta integrada e de produtos de mais rápida e inofensiva degradação.

Deve ser reforçada a fiscalização e a aplicação da lei deve ser mais efectiva relativamente às infracções e crimes contra as aves de rapina em particular.

A conservação do habitat favorável à ocorrência desta espécie pode ser conseguida através da divulgação e incentivo de medidas agro-ambientais favoráveis à espécie, de modo a ser mantida uma área suficiente de agricultura tradicional, pastagens e a pecuária extensiva, para além da conservação de bosquetes ou linhas de arvoredo importantes para nidificação.

Para as regiões Centro e Norte e nas serras do Sul, e à semelhança do proposto para outras aves de rapina de ecologia florestal, as medidas de conservação para esta espécie prendem-se ainda com as políticas florestais de reordenamento, gestão e repovoamento florestal e de prevenção de incêndios. Interessa promover espaços florestais diversificados, tanto ao nível dos cobertos arbóreos com de outros, e prevenir a ocorrência dos grandes incêndios florestais. Adicionalmente, os manuais de boas práticas florestais deveriam incluir medidas com vista à conservação das aves de rapina e de outros valores naturais, com particular relevância às espécies com estatuto de ameaça. Deve ser feita sensibilização dos agentes intervenientes na exploração florestal no sentido da adopção de boas práticas florestais que minimizem a degradação do habitat e a perturbação.

Não deverá ser permitida a inclusão de gralha-preta como espécie cinegética explorável no calendário venatório. Por outro lado, mesmo as acções de correcção de densidade de gralha-preta só devem ser autorizadas pelas autoridades competentes após verificação dos prejuízos causados e aferição do potencial impacte dessa correcção neste falcão.

Importa realizar censos que permitam melhorar a estimativa populacional e assegurar a sua monitorização. Devem ainda ser estudados aspectos da sua biologia e ecologia, nomeadamente selecção de habitat e interdependência com a gralha-preta (e outras aves cujos ninhos utiliza), níveis de toxicidade e sucesso reprodutivo.

A monitorização da mortalidade ao longo das linhas de transporte de energia e correcção das mesmas, sempre que tal se justifique, em particular nas zonas de maior densidade da espécie, é outro aspecto importante.

Notas

O ógea ocorre também em Portugal como migrador de passagem, sendo regularmente avistado nas campanhas de Sagres (Costa *et al.* 1998, Tomé *et al.* 1998). Existem ainda registos de ógea no Inverno em Portugal, observações condizentes com a referência de Cramp (1998) a registos excepcionais desta espécie na Europa durante o Inverno.